

# Poder Judiciário de Pernambuco



**Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**

## **Concurso Público**

**CARGO:**

**OFICIAL DE JUSTIÇA  
DA 3.<sup>a</sup> ENTRÂNCIA**

**CADERNO DE PROVAS**

**(Aplicação: 8/7/2001)**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Concurso Público (Aplicação: 8/7/2001)**  
**CARGO: OFICIAL DE JUSTIÇA DA 3.<sup>a</sup> ENTRÂNCIA**

## **INSTRUÇÕES**

- 1 Este caderno consta de **quarenta** questões, assim distribuídas: **dez** questões de **LÍNGUA PORTUGUESA**, **oito** questões de **DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO CONSTITUCIONAL**, **oito** questões de **DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL**, **oito** questões de **DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL** e **seis** questões de **CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA E CONHECIMENTOS GERAIS**.
- 2 Caso este caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala mais próximo que o substitua.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada questão cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo acarretará a perda de um quarto do valor de questão certa, conforme consta no Edital n.º 1/2001 – TJPE, de 27/4/2001.
- 4 Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos, apostilas, réguas, calculadoras ou qualquer outro material.
- 5 Durante as provas, o candidato não deve levantar-se nem comunicar-se com outros candidatos.
- 6 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da Folha de Respostas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes Instruções, na Folha de Rascunho ou na Folha de Respostas poderá implicar a anulação das provas do candidato.

## **AGENDA**

- I **10/7/2001** – divulgação do gabarito oficial preliminar das provas objetivas realizadas em 8/7/2001, no Jornal do Commercio, no Diário de Pernambuco e na Internet — no endereço <http://www.cespe.unb.br>.
- II **11 e 12/7/2001** – recebimento de recursos das provas objetivas realizadas em 8/7/2001, nos locais e horários a serem informados juntamente com a divulgação do gabarito oficial preliminar das provas objetivas realizadas em 8/7/2001.
- III **25/7/2001** – data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial do Poder Judiciário de Pernambuco e nos locais mencionados no item I: do resultado final do concurso e da convocação para perícia médica para os candidatos que realizarem provas no dia 8/7/2001.

### **Observações:**

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no título **10 DOS RECURSOS** do Edital n.º 1/2001 – TJPE, de 27/4/2001.
- Informações relativas a resultado não serão prestadas por telefone.
- É permitida a reprodução deste material, desde que citada a fonte.



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

## Concurso Público (Aplicação: 8/7/2001)

### CARGO: OFICIAL DE JUSTIÇA DA 3.<sup>a</sup> ENTRÂNCIA

Nas questões de 1 a 40, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Na Folha de Respostas, a indicação do campo SR é facultativa e não contará para efeito de avaliação; servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta.

## LÍNGUA PORTUGUESA

### QUESTÃO 1

#### Finalidade da vida política

Para os gregos, a finalidade da vida política era a justiça na comunidade.

A noção de justiça fora, inicialmente, elaborada em termos míticos, a partir de três figuras principais: *themis*, a lei divina que institui a ordem do universo; *cosmos*, a ordem universal estabelecida pela lei divina, e *dike*, a justiça entre as coisas e entre os homens, no respeito às leis divinas e à ordem cósmica. Pouco a pouco a *dike* torna-se a regra natural para a ação das coisas e dos homens e o critério para julgá-las.

A idéia de justiça se refere, portanto, a uma ordem divina e natural, que regula, julga e pune as ações das coisas e dos seres humanos. A justiça é a lei e a ordem do mundo, isto é, da natureza ou *physis*. Lei, *nomos*, natureza, *physis*, e ordem, *cosmos*, constituem assim o campo da idéia de justiça.

Marilena Chaui. *Convite à filosofia*. Ática, 1997, p. 380-1 (com adaptações).

O texto acima informa que

- A a garantia de justiça social era o objetivo supremo da vida política dos helênicos.
- B três princípios míticos e duas leis naturais norteavam o sentido de política para os gregos.
- C *themis* estava para a ordem divina assim como *dike* estava para a ordem universal, entre os atenienses.
- D *dike* passou a significar, paulatinamente, não só os princípios basilares das ações humanas como também os critérios para julgá-los.
- E para os gregos, a idéia de justiça era não só uma lei mundana como também uma ordem física.

### Texto LP-I – questões de 2 a 5

1 Para Platão, os seres humanos e a *polis* possuem a mesma estrutura. Os humanos são dotados de três almas ou três princípios de atividade: a alma concupiscente ou desejante 4 (situada no ventre), que busca a satisfação dos apetites do corpo, tanto os necessários à sobrevivência quanto os que, simplesmente, causam prazer; a alma irascível ou colérica 7 (situada no peito), que defende o corpo contra as agressões do ambiente e de outros humanos, reagindo à dor na proteção de nossa vida, e a alma racional ou intelectual (situada 10 na cabeça), que se dedica ao conhecimento, tanto sob a forma de percepções e opiniões vindas da experiência, quanto sob a forma de idéias verdadeiras contempladas pelo puro 13 pensamento.

Também a *polis* possui uma estrutura tripartite, formada por três classes sociais: a classe econômica dos 16 proprietários de terra, artesãos e comerciantes, que garante a sobrevivência material da cidade; a classe militar dos guerreiros, responsável pela defesa da cidade, e a classe dos 19 magistrados, que garante o governo da cidade sob as leis.

Um homem, diz Platão, é injusto quando a alma concupiscente é mais forte do que as outras duas, dominando-as. Também é injusto quando a alma irascível é mais poderosa do que a racional, dominando-a. O que é, pois, o homem justo? Aquele cuja alma racional é mais forte do que as outras 25 duas almas, impondo à concupiscente a virtude da temperança ou moderação e à irascível, a virtude da coragem, que deve controlar a concupiscência. O homem justo é o homem 28 virtuoso; a virtude, domínio racional sobre o desejo e a cólera. A justiça ética é a hierarquia das almas, a superior dominando as inferiores.

*Idem*, p. 381-2 (com adaptações).

### QUESTÃO 2

Julgue a veracidade das relações abaixo, conforme as idéias expressas no texto LP-I.

- I igualdade – corpo humano e corpo social
- II supremacia – alma virtuosa perante a alma desejante e a colérica
- III superioridade – cabeça perante o tronco e os membros
- IV inferioridade – proprietários de terra perante magistrados
- V justiça – predomínio da temperança e da coragem

A quantidade de itens certos é igual a

- A 0.
- B 1.
- C 2.
- D 3.
- E 4.

**QUESTÃO 3**

O texto LP-I **não** estabelece co-referência entre

- A** “almas” (l.2) e “princípios de atividade” (l.3).  
**B** “alma racional” (l.9) e reação à dor.  
**C** “classe econômica” (l.15) e “sobrevivência material” (l.17).  
**D** magistratura e garantia de legalidade.  
**E** “virtude” (l.26) e superioridade do racional.

**QUESTÃO 4**

Assinale a opção correta a respeito do emprego do pronome “que” no texto LP-I.

- A** Na linha 4, refere-se a “atividade” (l.3).  
**B** Na linha 5, tem como sujeito “seres humanos” (l.1).  
**C** Na linha 7, admite ser substituído por **com a qual**.  
**D** Na linha 16, admite ser substituído por **quem**.  
**E** Na linha 21, mantendo-se a correção gramatical, a regência do “que” dispensa o termo antecedente, “do”.

**Texto LP-II**

Por seu turno, Aristóteles tem uma teoria política diversa da dos sofistas e de Platão. Para determinar o que é justiça, diz ele, precisamos distinguir dois tipos de bens: os partilháveis e os participáveis.

Um bem é partilhável quando é uma quantidade que pode ser repartida e distribuída — a riqueza é um bem partilhável. Um bem é participável quando é uma qualidade indivisível, que não pode ser repartida nem distribuída, podendo ser apenas participada — o poder político é um bem participável. Existem, pois, dois tipos de justiça na cidade: a distributiva, referente aos bens econômicos, e a participativa, referente ao poder político. A cidade justa saberá distinguir e realizar ambos.

*Idem, p. 382 (com adaptações).*

**QUESTÃO 5**

Considerando as idéias dos textos LP-I e LP-II, julgue os itens a seguir.

- I** O estabelecimento de analogias entre a índole humana e a constituição da cidade é o principal ponto de contato entre Platão e Aristóteles.  
**II** A idéia de bens partilháveis, segundo o texto LP-II, aproxima-se da noção de garantia da sobrevivência material da cidade, cuja responsabilidade é da classe dos proprietários de terra, artesãos e comerciantes.  
**III** Compreende-se, pelos textos, que a circulação dos bens participáveis é competência, principalmente, da alma racional, na sua função de garantir os governos das cidades.  
**IV** A justiça ética, conforme caracterizada no texto LP-I, pode realizar-se na cidade justa, segundo o texto LP-II, uma vez que decorre da discriminação e da hierarquização de valores distintos.  
**V** Infere-se dos textos que a causa dos desacertos políticos atuais reside no fato de o poder político, conforme descrito no texto LP-II, ser inconciliável com a caracterização de homem justo, segundo o texto LP-I.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.      **B** 2.      **C** 3.      **D** 4.      **E** 5.

**Texto LP-III – questões 6 e 7**

1 O tema referente ao Poder Judiciário sempre fica em  
 um plano secundário na discussão das reformas ou nas  
 alterações da sociedade. A explicação deve-se ao caráter  
 4 técnico dessa atividade, ao contrário dos outros poderes,  
 em que o conteúdo político é da essência de suas estruturas.

Se o Poder Judiciário não estiver devidamente  
 7 aparelhado para o século XXI, a sociedade brasileira está  
 fadada ao colapso, porque um dos poderes estará anacrônico,  
 ineficiente e inoperante. Por isso, a necessidade do  
 10 delineamento de mudanças necessárias para o Poder Judiciário  
 de um país com mais de 200 milhões de habitantes logo ao  
 raiar do século e uma população economicamente mais ativa.  
 13 Esta situação conduzirá (e está levando hoje) ao chamado  
 demandismo, até por uma politização que torna mais claros  
 os direitos fundamentais e dos indivíduos.

Para as pessoas alheias ao jargão jurídico ou forense,  
 16 a Justiça confunde-se com a polícia e a demanda é relacionada  
 com a Justiça. Procura-se, portanto, na demanda um direito  
 19 por meio de instrumentos técnicos organizados no processo.  
 Quando há demora ou dificuldade na obtenção desse  
 desiderato, culpa-se o Poder Judiciário como instituição, em  
 22 vez de se fazer uma crítica global e generalizada dos múltiplos  
 aspectos a analisar nessa problemática. Sem dúvida, o  
 moderno processo deve pensar no social, em um processo com  
 25 dimensão social. Nossa Constituição (preâmbulo) tem a justiça  
 como valor supremo da sociedade, e esse valor só pode ser  
 exercido com o moderno processo.

Roberto Rosas. *A sociedade e a justiça: processo e judiciário no século XXI*. In: Ives Gandra Martins (org.). *Desafios do século XXI*. Pioneira, p.113-4 (com adaptações).

**QUESTÃO 6**

Assinale a opção que respeita as idéias do texto LP-III e está gramaticalmente correta.

- A** Com um Poder Judiciário desaparecido no século XXI, a sociedade brasileira está condenada ao colapso, pois depende de um poder ineficiente, anacrônico, inoperante.  
**B** Nas discussões das reformas ou nas alterações da sociedade, o assunto referente ao Poder Judiciário sempre ocupa um lugar secundário.  
**C** A situação de desordem e de desmando já existente hoje, conduzirá à elitização e ao desrespeito aos fundamentais direitos individuais, devido a politização errônea.  
**D** Quando haviam demoras e dificuldades na obtenção de informações, culpava-se o Poder Judiciário, ao em vez de se analisar os múltiplos aspectos envolvidos no problema.  
**E** Sem dúvida, procura-se demandar, por meio de instrumentos técnicos organizados processualmente, um direito baseado na Justiça, com instrumentos técnicos organizados em dimensão social.

**QUESTÃO 7**

Assinale a opção correta com relação ao emprego das palavras e expressões no texto LP-III.

- A** O duplo emprego de “ao”, nas linhas 3 e 4, indica que os termos assim introduzidos compõem uma enumeração.  
**B** Mantém-se a correção sintática ao se substituir o termo “em que” (l.5) por **cujo**.  
**C** Se a forma verbal “estiver” (l.6) for empregada no pretérito, **estivesse**, o verbo seguinte, “está” (l.7), tem de passar para **estaria**.  
**D** Se a expressão “dos indivíduos” (l.15) for empregada no singular, o adjetivo “claros” (l.14) deve com ele concordar e ser usada também no singular.  
**E** Como o verbo **confundir** apresenta também a possibilidade de ser empregado sem o pronome reflexivo **se**, mantêm-se as mesmas relações semânticas se tal pronome for retirado do texto na linha 17.

## Texto LP-IV – questões 8 e 9

1 Se o Estado institui o Judiciário com o intento de solver os  
conflitos de interesse, deve, portanto, adaptá-lo ao mundo atual,  
modernizá-lo e compatibilizá-lo com a sociedade tecnológica e  
4 humana. Em todo esse processo social, destacam-se duas posições:  
a do Juiz e a do advogado.

7 Não nos devemos aficcionar com as tradicionais posições  
sem aproveitamento às realidades modernas. Se o jurista é,  
essencialmente, afeito à tradição e ao respeito às formas  
consolidadas, até por precaução política, não deve ficar insensível  
10 às mudanças sociais e econômicas, que convocam a classe jurídica  
à meditação e à evolução, ou até à involução.

13 Em tema de justiça, estamos no mundo do social e, portanto,  
na justiça social, sem a qual os valores humanos desprotegidos  
tornam-se inermes nas mãos dos poderosos. Acentue-se que a  
liberdade, como esfera de autonomia para o cumprimento de  
16 atividades vitais, é o corolário da dignidade moral do homem, isto  
é, o princípio de que o indivíduo tem um fim próprio a cumprir.

*Idem, p. 114-5 (com adaptações).*

### QUESTÃO 8

Assinale a opção correta em relação às idéias e à estrutura do texto LP-IV.

- A No primeiro parágrafo, justifica-se o emprego das maiúsculas por se tratar de nomes que designam altos conceitos ou deferência.
- B Nas linhas 6 e 7, fica explícito que os juizes não se devem pautar nem essencialmente pelas tradições nem somente pelas modernizações intempestivas.
- C Apesar de todos os esforços em prol da justiça social, os valores humanos ficam desprotegidos e inertes nas mãos dos poderosos, conforme as linhas de 7 a 11.
- D O último parágrafo destaca que a liberdade, a igualdade e a fraternidade, princípios da Revolução Francesa, são fundamentais no cumprimento das atividades coletivas e individuais.
- E Com base no postulado de que todo o indivíduo tem um fim próprio a cumprir, o texto valoriza os princípios da dignidade moral, da modernização, da liberdade social e da autonomia humana.

### QUESTÃO 9

No texto LP-IV, provocará erro sintático a substituição de

- A “Se” (l.1) por **Caso**.
- B “duas posições: a do Juiz e a do advogado” (l.4-5) por **as posições do Juiz e do advogado**.
- C “às realidades” (l.7) por **das realidades**.
- D “até à involução” (l.11) por **mesmo à involução**.
- E “o corolário” (l.16) por **a decorrência**.

### QUESTÃO 10

Considere a situação de um cidadão que, cumpridor de seus deveres, julga ter sido lesado em um dos seus direitos. Ele pode dirigir-se individualmente a uma autoridade constituída, solicitando que lhe seja assegurado o gozo daquilo a que pensa fazer jus. Para tanto, vale-se de um documento específico, que tem um fecho padronizado. Assinale a opção em que tanto a associação entre a escolha do expediente quanto o fechamento do texto, no documento anteriormente citado, está correta.

- A **declaração** – Caso haja empecilho legal, ignore-se este expediente.
- B **abaixo-assinado** – Nos termos expostos, aguardo o pronunciamento de Vossa Excelência.
- C **atestado** – Desde que não haja ato desabonatório à minha conduta.
- D **carta oficial** – Com cordiais saudações, subscrevo-me, carinhosamente.
- E **requerimento** – Nesses termos, pede deferimento.

## DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO CONSTITUCIONAL

### QUESTÃO 11

Manoel, na condição de motorista de empresa particular permissionária de transporte coletivo urbano, apesar da cautela com que conduzia o ônibus, não conseguiu evitar acidente com o veículo particular conduzido por Teresa. Todas as provas, inclusive periciais, indicavam que nem Manoel nem Teresa agiram com culpa.

Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A A empresa de ônibus, que responde objetivamente, deverá indenizar os prejuízos sofridos por Teresa.
- B Cada uma das partes deverá arcar com seu próprio prejuízo.
- C Quanto à responsabilidade civil dos prestadores de serviço público ser objetiva, Manoel deverá indenizar os prejuízos sofridos por Teresa.
- D A empresa de ônibus responderá subjetivamente, cabendo ação regressiva contra Manoel, se for demonstrado que ele agiu dolosamente.
- E A responsabilidade civil objetiva da empresa de ônibus somente poderá ser alegada se houver a condenação criminal de Manoel.

### QUESTÃO 12

Um grupo de mil manifestantes invadiu e levantou acampamento em determinada praça pública na cidade de Recife. A ocupação passou a causar transtornos à população local, a tal ponto de esta solicitar das autoridades as providências cabíveis.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A A polícia militar poderá, independentemente de ordem judicial, promover a desocupação da área, desde que os meios de força a serem utilizados sejam proporcionais.
- B A polícia militar, para promover a desocupação da área, necessitará de autorização judicial.
- C O princípio da liberdade de expressão permite que os manifestantes permaneçam o tempo que bem entenderem no referido local público.
- D A polícia militar, para promover a desocupação da praça, estará no exercício do poder disciplinar.
- E A possibilidade de a polícia utilizar a força para promover a desocupação da praça está ligada à auto-executoriedade da atuação administrativa.

### QUESTÃO 13

Acerca da organização administrativa, assinale a opção **incorreta**.

- A A criação de órgãos pela administração pública é fenômeno relacionado à desconcentração administrativa.
- B Os órgãos independentes, de que é exemplo o TJPE, não possuem personalidade jurídica própria.
- C Empresas públicas e autarquias são entidades dotadas de personalidade jurídica de direito público interno.
- D Autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista integram a administração pública indireta.
- E Empresas públicas distinguem-se das sociedades de economia mista, entre outros aspectos, porque, nas primeiras, o capital social que as criou é exclusivamente estatal, ao passo que, nas últimas, admite-se participação de particulares em seu capital social.

**QUESTÃO 14**

Pedro, servidor público ocupante de cargo efetivo do governo do estado de Pernambuco, foi eleito vereador de pequeno município do interior.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A Pedro poderá acumular o cargo efetivo com o decorrente do mandato eletivo, independentemente de haver compatibilidade de horários.
- B Se houver compatibilidade de horários, Pedro poderá acumular os cargos, desde que opte pela remuneração de apenas um deles.
- C Se houver compatibilidade de horários, Pedro perceberá a remuneração de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do mandato eletivo.
- D Independentemente de compatibilidade de horários, Pedro deverá afastar-se de seu cargo como requisito à investidura no mandato eletivo.
- E Se não houver compatibilidade de horários, Pedro não poderá ser investido no mandato eletivo.

**QUESTÃO 15**

Considerando as competências das comissões parlamentares de inquérito (CPIs), assinale a opção **incorreta**.

- A A CPI poderá convocar ministros de Estado para prestar informações acerca de assuntos que digam respeito a suas atribuições e, quanto a qualquer cidadão, poderá solicitar a prestação de depoimento.
- B A CPI, após concluir seus trabalhos, deverá oferecer denúncia contra os investigados, comprovadamente autores de crime contra o erário, diretamente ao Poder Judiciário.
- C A CPI tem prazo certo para concluir suas investigações.
- D A CPI tem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.
- E A CPI pode ser constituída com caráter misto, criada em conjunto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

**QUESTÃO 16**

As medidas provisórias (MPs) são adotadas pelo presidente da República, com força de lei. Com referência a esse tema, assinale a opção **incorreta**.

- A As MPs são sujeitas à condição resolutiva, no prazo de trinta dias.
- B As MPs deverão ser adotadas nos casos de relevância e urgência.
- C Se estiver em recesso por ocasião de sua edição, o Congresso Nacional deverá ser convocado extraordinariamente para reunir-se no prazo de cinco dias, a fim de deliberar sobre sua apreciação.
- D As MPs rejeitadas pelo Congresso Nacional convertem-se, automaticamente, em projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo.
- E Caso o Congresso Nacional não esteja em recesso, a MP é submetida imediatamente à sua apreciação.

**QUESTÃO 17**

Quanto ao sistema brasileiro de controle de constitucionalidade de leis, assinale a opção **incorreta**.

- A Antes de o Supremo Tribunal Federal (STF) declarar a inconstitucionalidade, em tese, de lei ou ato normativo federal, deverá sempre ouvir o advogado-geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.
- B A declaração de inconstitucionalidade interventiva federal somente poderá ser proposta pelo procurador-geral da República.
- C O controle de constitucionalidade por exceção pode ser suscitado por qualquer interessado, em qualquer juízo.
- D O controle de constitucionalidade brasileiro, à vista da Constituição da República de 1988, é o jurisdicional. Combina os critérios difuso e concentrado, este de competência do STF.
- E Somente pela maioria relativa de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial os tribunais poderão declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público.

**QUESTÃO 18**

Estabelecido conflito de jurisdição entre juiz do trabalho e juiz federal lotados em Recife – PE, é competente para julgar o referido conflito o

- A Tribunal Regional Federal da 5.ª Região.
- B TJPE.
- C STF.
- D Superior Tribunal de Justiça.
- E Tribunal Regional do Trabalho do Estado de Pernambuco.

## DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**QUESTÃO 19**

O contrato realizado por correspondência epistolar, nos termos do Código Civil, em regra, surge no momento em que

- A é expedida a aceitação (teoria da agnição – subteoria da expedição).
- B o proponente toma conhecimento da aceitação (teoria da cognição).
- C é escrita a aceitação (teoria da agnição – subteoria da declaração).
- D o proponente recebe a aceitação (teoria da cognição – subteoria da recepção).
- E o proponente lê a carta escrita pelo aceitante (teoria da cognição – subteoria do conhecimento).

**QUESTÃO 20**

Assinale a opção **incorreta** acerca da Lei de Introdução ao Código Civil (LICC).

- A Não é parte integrante do Código Civil, por ser aplicável a qualquer norma e por conter princípios gerais acerca das leis em geral.
- B É uma *lex legum*, ou seja, um conjunto de normas que não rege relações de vida, mas sim as normas.
- C É um código de normas que não tem por conteúdo qualquer critério de hermenêutica jurídica.
- D As normas de direito internacional privado nela contidas têm por objetivo, entre outros, solucionar o conflito de jurisdição.
- E Disciplina a garantia da eficácia global da ordem jurídica, não admitindo a ignorância da lei vigente.

**QUESTÃO 21**

Um rapaz, absolutamente incapaz, doou uma casa para alguém. Esse negócio jurídico, praticado sem a devida representação, será

- A anulável, sempre.
- B anulável, se envolver quantia de relativa monta.
- C nulo, sempre.
- D nulo, se causar prejuízo aparente ao doador.
- E nulo, se não houver autorização expressa do juiz, ouvido o Ministério Público.

**QUESTÃO 22**

Um chacareiro emprestou chácara para um amigo devolvê-la em um ano. Este amigo não a devolveu. Nessa hipótese, a posse resultante do abuso de confiança por parte de quem recebe a coisa com o dever de devolvê-la é denominada posse

- A direta.
- B oculta.
- C clandestina.
- D indireta.
- E precária.

**QUESTÃO 23**

Carlos possuiu imóvel por quinze anos, de forma pacífica e contínua. Carlos o vendeu para João. Após seis anos, João continua, de forma pacífica e contínua, no imóvel.

Na situação hipotética apresentada, a possibilidade, em caso de constituição de usucapião, de João, o atual possuidor, acrescentar à sua posse a do seu antecessor, Carlos,

- A é ilegal, por se tratar de princípio processual banido do direito brasileiro.
- B é legal, já que ambas as posses foram contínuas e pacíficas.
- C é legal, mesmo naqueles casos em que teve ela início violento, clandestino, precário, em razão dos princípios da *accessio possessionis* e da *accessio temporis*.
- D é ilegal, impossível, por imposição legal do Código Civil.
- E é legal, desde que ambas sejam uniformes quanto ao objeto.

**QUESTÃO 24**

Inconformado com decisão proferida por juiz de primeira instância que extinguiu o processo por alegação de ilegitimidade de agir, o réu interpôs agravo de instrumento, o qual foi provido, de forma clara e precisa, pelo Tribunal de Justiça do Estado, com voto vencido. Contra essa decisão, o autor poderá interpor

- A embargos infringentes.
- B recurso especial.
- C embargos de declaração.
- D recurso extraordinário.
- E agravo retido.

**QUESTÃO 25**

Com relação à revelia no processo civil, julgue os itens abaixo.

- I A revelia acarreta sempre a veracidade dos fatos narrados na inicial.
- II Há revelia quando o réu deixa transcorrer o prazo da contestação, sem oferecer resposta.
- III Há julgamento antecipado da lide quando ocorre revelia.
- IV Há revelia quando o réu admite judicialmente a verdade de um fato contra seu interesse.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C I e IV.
- D II e III.
- E III e IV.

**QUESTÃO 26**

Extinquer-se-á o processo sem o julgamento do mérito quando

- I as partes transigirem.
- II o juiz pronunciar a prescrição.
- III o juiz acolher a alegação de perempção.
- IV o juiz indeferir a petição inicial.
- V houver compromisso arbitral.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.
- E 5.

## DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

**QUESTÃO 27**

Celso nasceu em 5/1/1983, às 15 h, em um hospital de Brasília. Na madrugada de 5/1/2001, às 2 h e 45 min, sendo já casado com Catarina, cometeu um homicídio, na cidade de Goiânia – GO. No curso da respectiva ação penal, o advogado de Celso impetrou *habeas corpus*, requerendo o trancamento da ação, sob o argumento de que seu cliente somente completaria dezoito anos de idade às 15 h daquele dia.

Considerando essa situação hipotética e sob o ponto de vista doutrinário e jurisprudencial, assinale a opção correta.

- A O trancamento requerido deve ser confirmado pelo juiz, já que restavam mais de 12 h para que Celso completasse seu 18.º aniversário e, assim, fosse considerado imputável.
- B Celso somente terá dezoito anos de idade no último minuto do dia 5/1/2001, sendo considerado menor até tal momento, pois há necessidade do transcurso integral do dia em que alcançou a maioridade, para só aí considerá-lo imputável.
- C Celso é imputável por fato cometido no dia 5/1/2001, dia de seu aniversário, já no primeiro momento.
- D Celso é imputável mesmo antes do cometimento do crime, pois, na época do fato criminoso, era emancipado pelo casamento, não tendo necessidade de assistência ou representação para os atos jurídicos em geral.
- E Há dúvida relevante para a hipótese; sendo esta séria e invencível, impõe-se a nulidade *ab ovo* do processo e seu arquivamento.

**QUESTÃO 28**

Assinale a opção correta.

- A A utilização de veículo, equipamentos públicos e pessoal da municipalidade, pelo prefeito, em proveito próprio, configura o crime de peculato.
- B Constitui excludente de ilicitude para o crime de peculato, consistente na inexigibilidade de conduta diversa, o fato de funcionário público, com pagamento em atraso por vários meses, lançar mão de numerário do Estado para satisfazer encargos pessoais e familiares necessários.
- C A aprovação das contas de gestão de ex-prefeito municipal pela Câmara é fator impeditivo da configuração do crime de peculato.
- D Pela corrente jurisprudencial majoritária, o ressarcimento do dano é suficiente para a extinção da punibilidade, no peculato doloso, já que afasta a lesão patrimonial sofrida pela administração pública.
- E A falsificação de papéis públicos, objetivando a apropriação indébita do dinheiro do estado ou do município, é absorvido pelo peculato.

**QUESTÃO 29**

Um indivíduo, ao volante de um possante automóvel, em velocidade incompatível com a via de rolamento, atropelou um transeunte, causando-lhe diversas lesões corporais.

Nessa situação hipotética, a doutrina classifica o fato praticado como um delito

- A** de trânsito.      **C** de circulação.      **E** rodoviário.  
**B** automotivo.      **D** de transporte.

**QUESTÃO 30**

Rubens e Antônio, imbuídos do desejo de matar Jonas, acertaram como tal tarefa seria feita. Rubens comprou um revólver e o entregou a Antônio para que procedesse à empreitada. Antônio efetuou um disparo contra Jonas, atingindo-o no peito. Descoberta a trama assassina, Rubens alegou que havia desistido antes de Antônio cometer o homicídio.

Diante dessa situação hipotética e considerando a doutrina jurisprudencial dominante, Rubens

- A** responderá por homicídio, já que não desistiu voluntariamente, mas somente quando foi descoberta a trama assassina.  
**B** não responderá por nenhum delito, uma vez que quando desistiu do crime não havia sido iniciada a execução.  
**C** responderá por tentativa de homicídio, já que houve arrependimento posterior que fundamentaria a acusação pelos atos já praticados.  
**D** responderá por tentativa de homicídio, já que desistiu voluntariamente do cometimento do crime.  
**E** responderá por homicídio, já que não é admitida desistência voluntária em concurso de pessoas, nem tampouco em crime consumado.

**QUESTÃO 31**

Com relação à citação do réu, assinale a opção correta.

- A** O comparecimento do réu sana a falta ou defeito da citação, mesmo após a prolação de sentença, devendo o acusado ser submetido a interrogatório e obter prazo para a apresentação de rol de testemunhas e defesa escrita.  
**B** A falta da declaração do oficial de justiça, na certidão mencionada no art. 357 do Código de Processo Penal (CPP), de que houve a entrega da contrafé e sua aceitação ou recusa, constitui mera irregularidade, sanável por qualquer meio admitido em direito.  
**C** Acarreta a nulidade do processo o fato de o réu não ter sido requisitado para audiência, se este se encontrava preso em outra comarca, mesmo se tiver sido decretada a revelia antes da prisão.  
**D** É nula a citação por edital se o oficial de justiça não exaurir todos os meios para o conhecimento do paradeiro do sentenciado, alegando para tal certidões contidas em outros processos que não o atual.  
**E** Não é legítima a citação editalícia, mesmo para a hipótese em que o acusado declinar endereço falso nos autos, devendo o oficial de justiça esgotar todas as possibilidades para encontrar o acusado, sob pena de incorrer em nulidade.

**QUESTÃO 32**

O policial militar Marcelo, ao abordar José, desferiu-lhe vários socos e chutes, jogando-o, em seguida, no compartimento traseiro de uma viatura policial. Após circular com o veículo por aproximadamente vinte minutos, libertou José, não sem antes lembrar-lhe saber onde morava e seu nome. Saliente-se que não havia nenhum motivo para as agressões, nem tampouco para o tolhimento da liberdade de José.

Nessa situação hipotética e de acordo com o CPP, a competência para julgamento de Marcelo é da justiça

- A** militar estadual, para o crime de lesão corporal, e da justiça estadual, para o crime de abuso de autoridade.  
**B** estadual, tendo em vista não se vislumbrar, desde logo, interesse da União.  
**C** militar estadual, tendo em vista o fato de a polícia militar ser de responsabilidade do estado-membro, a quem cabe organizá-la.  
**D** federal, considerando que tais fatos atentam contra o Estado democrático de direito.  
**E** militar federal, em virtude de o crime de abuso de autoridade ser dirigido a todas as autoridades do Brasil, prevalecendo esta por ser de maior graduação.

**QUESTÃO 33**

Oferecida denúncia perante juiz criminal, este a recebeu e mudou a capitulação descrita pelo promotor de justiça. Nessa hipótese, a decisão de mudança

- A** é perfeitamente adequada, ante a possibilidade de *emendatio libelli*.  
**B** pode comportar correção parcial, em virtude do claro erro *in procedendo*.  
**C** é um exemplo típico do chamado *mutatio libelli*.  
**D** redundaria na propositura de representação contra o magistrado perante a corregedoria de justiça.  
**E** impõe a abertura de prazo razoável às partes para a apresentação de novas provas documentais e testemunhais.

**QUESTÃO 34**

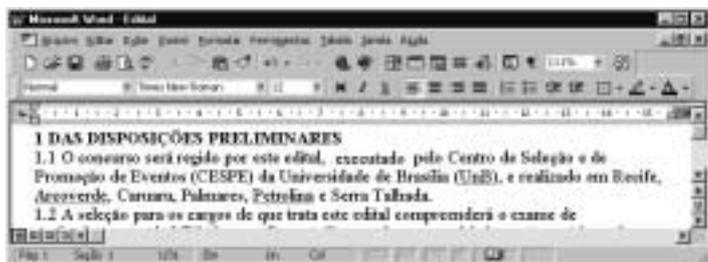
Quanto à sua natureza, o inquérito policial é

- A** sempre sigiloso e contraditório.  
**B** sempre contraditório e de ampla defesa.  
**C** escrito, sendo permitida a forma verbal em procedimento sumário.  
**D** sempre escrito, inquisitivo e sigiloso.  
**E** sigiloso, podendo tornar-se público para a hipótese de crime praticado por funcionário público.

# CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA E CONHECIMENTOS GERAIS

Nas questões de 35 a 37, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que o *mouse* está configurado para pessoas destros. Assim, a menos que seja explicitamente informado o contrário, expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e *hardware* utilizados.

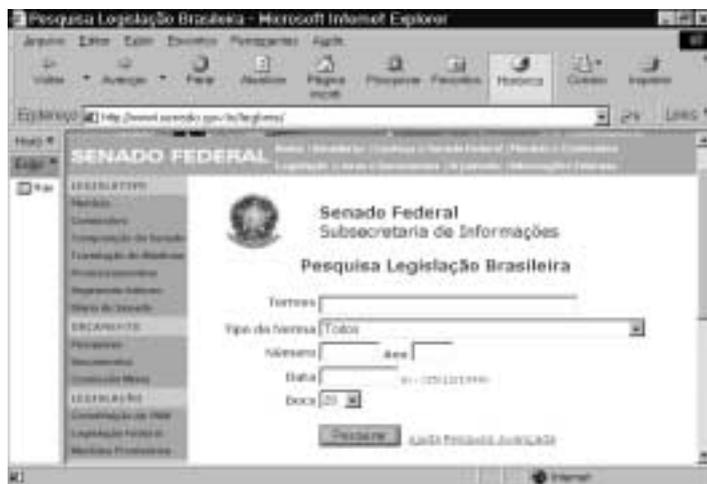
## QUESTÃO 35



A figura acima mostra uma janela do programa Word 97, apresentando parte de um texto digitado por um usuário. Com relação a esta janela e ao Word 97, é correto afirmar que, caso o usuário

- A clique no botão , será criado um novo arquivo em branco, e o arquivo que está sendo editado será fechado, sendo perdidas todas as modificações nele feitas desde o último salvamento.
- B clique entre as letras “S” e “P” da palavra “DISPOSIÇÕES”, na primeira linha mostrada na tela de trabalho, e teque , o ponto de inserção será posicionado no início dessa mesma linha, imediatamente à esquerda do número “1”.
- C deseje inserir uma linha entre o primeiro e o segundo parágrafos, poderá fazê-lo com sucesso por meio da seguinte seqüência de ações: clicar no final do primeiro parágrafo; acionar a tecla .
- D selecione a palavra “regido”, na segunda linha mostrada na tela de trabalho, e clique no botão , aparecerá um quadro com diversas cores, as quais permitirão modificar a cor da fonte usada na palavra selecionada.
- E deseje inserir uma tabela do Excel entre o primeiro e o segundo parágrafos, ele poderá fazê-lo com sucesso, clicando no final do primeiro parágrafo e, em seguida, clicando no botão .

## QUESTÃO 36



Um funcionário de um tribunal recebeu a instrução de localizar determinadas leis da Constituição da República. Para tal, ele decidiu utilizar o Internet Explorer 5 e, após algumas operações, obteve a janela ilustrada na figura acima. Acerca do Internet Explorer 5, do Windows 98, e com base na figura mostrada, assinale a opção correta.

- A O Internet Explorer 5 é um *software* denominado navegador e permite que um usuário possa acessar páginas WWW (*world wide web*). O maior inconveniente desse aplicativo é o fato de só permitir o acesso à Internet por meio de uma rede *dial-up*, restringindo, dessa forma, o seu uso a redes denominadas LAN (*local area network*).
- B Caso o usuário deseje visualizar a primeira página visitada na seção de utilização indicada por , poderá fazê-lo clicando em .
- C Ao introduzir Todos os termos legais, no campo referente a , obtendo , o usuário estará definindo um *hyperlink* com o *site* [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) e, dessa forma, estará personalizando essa página com o seu perfil de utilização. Em uma próxima visita, o servidor WWW responsável por esse *site* saberá que o usuário em questão deseja todos os termos legais referentes às leis federais que serão pesquisadas.
- D Caso o usuário deseje que o arquivo referente a uma determinada lei solicitada seja enviado por *e-mail*, ele poderá, logo após ter encontrado esse arquivo, clicar em . Assim, o Internet Explorer 5 cria automaticamente uma mensagem de *e-mail*, anexando o arquivo desejado, e a envia ao endereço que deverá estar configurado adequadamente no *software*.
- E Supondo que, na solicitação de *download* de uma determinada lei, o *site* [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) permita a escolha entre arquivos nos formatos PDF e Word, então, nesse caso, em termos de rapidez e eficiência no processo de *download*, o formato PDF seria mais interessante para o usuário, pois, geralmente, fornece arquivos de menor dimensão, em *kbytes*.

**QUESTÃO 37**

Com o objetivo de adquirir um microcomputador, José fez uma pesquisa nos anúncios de jornal e selecionou as duas propostas ilustradas nas figuras I e II ao lado. Acerca das configurações dos microcomputadores mostrados nas figuras ao lado, assinale a opção correta.



Figura I

**A** Em termos de capacidade de memória RAM, as duas propostas são equivalentes.

**B** Os dois processadores — “Intel Celeron 766 MHz” e “Intel Pentium III 700 MHz” — são equivalentes em termos de eficiência de processamento, sendo ambos capazes de realizar mais de 700 milhões de operações em ponto flutuante por segundo.



Figura II

**C** O microcomputador indicado na figura II tem uma maior capacidade de armazenagem de dados em *winchester*, em relação ao da figura I.

**D** Os microcomputadores descritos nas duas figuras são equipados com o mesmo sistema operacional.

**E** A placa Ethernet 10/100 Mbps do microcomputador da figura II é equivalente à placa de *modem* 56 kbps do microcomputador da figura I em termos de velocidade de acesso à Internet, por uma rede *dial-up*.

**QUESTÃO 38**

O século XXI se iniciou, tendo o Oriente Médio na condição de uma das mais explosivas regiões do mundo. Sob o ponto de vista geopolítico, o fato de ser um dos grandes centros mundiais produtores de petróleo, matéria-prima ainda essencial para a economia contemporânea, ajuda a entender a estratégica importância da área. Relativamente ao quadro hoje apresentado pelo Oriente Médio, assinale a opção correta.

**A** O Iraque, após o intenso bombardeio de que foi alvo há alguns anos, na conhecida Guerra do Golfo, transformou-se no mais poderoso aliado das potências ocidentais na região.

**B** Ainda hoje sob a liderança de Saddam Hussein, o Iraque negociou sua reaproximação aos Estados Unidos da América (EUA) como forma de superar o bloqueio econômico que lhe fora imposto pelos países-membros da OTAN.

**C** A chegada de Ariel Sharon ao poder, em função do primeiro golpe de estado na história de Israel, trouxe, paradoxalmente, maiores perspectivas de paz na região, tendo em vista sua tradicional posição amistosa em relação aos palestinos.

**D** Ao destituírem sua mais tradicional e mundialmente conhecida liderança, Yasser Arafat, os palestinos parecem ter desistido definitivamente de obter, pela via da negociação, a implantação de seu tão sonhado Estado nacional.

**E** A histórica cidade de Jerusalém, considerada sagrada pelos seguidores de três grandes religiões monoteístas — judeus, cristãos e muçulmanos —, permanece sendo um dos grandes obstáculos a separar palestinos e israelenses, contribuindo para manter elevada a tensão na região.

**QUESTÃO 39**

No mundo contemporâneo, tem-se como certo que a instituição parlamentar é um dos esteios da democracia representativa, o que explica sua decisiva participação na vida política dos Estados. No caso do Brasil, na atualidade, o Congresso Nacional coloca-se no centro de uma crise política, a respeito da qual é correto afirmar que

- A** a eleição do deputado Aécio Neves (PSDB–MG) para a presidência da Câmara dos Deputados foi possível graças a um bem montado acordo que consolidou ainda mais o bloco de sustentação política do Poder Executivo, sendo apoiada, desde o início, pelas bancadas do PMDB e do PFL.
- B** a crise que ainda permanece em cena no Senado Federal teve origem no processo de eleição do senador Jader Barbalho (PMDB–PA) para a presidência da Casa; desde o primeiro momento, contra ela se insurgiu o então presidente Antonio Carlos Magalhães (PFL–BA), dando início a uma sucessão de acusações que abalou a instituição.
- C** o Poder Executivo, aproveitando-se do quadro de crise, conseguiu que suas lideranças obtivessem, na Câmara dos Deputados, uma vitória que parecia impossível: a ampliação de seu poder de baixar medidas provisórias, agora praticamente sem objeções de uso.
- D** as cassações dos mandatos dos senadores José Roberto Arruda e Antonio Carlos Magalhães somente aconteceram porque, em acareação pública procedida pela Comissão de Ética do Senado Federal, ambos se viram na contingência de confessar sua responsabilidade na violação do painel de votação da Casa.
- E** o presidente Jader Barbalho, ao ser confirmada a violação do painel eletrônico de votação do Senado, não teve outra opção que não a anulação do ato que cassou o mandato do senador Luiz Estevão (PMDB–DF), o qual, por essa razão, voltou a ocupar sua cadeira na Câmara Alta.

**QUESTÃO 40**

Os blocos econômicos regionais parecem ser inerentes a uma economia cada vez mais globalizada, em que a ampliação dos mercados mundiais se dá em meio a acentuada competição. No continente americano, um tema muito em voga, quando se fala em bloco regional, é o da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Com relação à ALCA, assinale a opção correta.

- A** Trata-se da constituição de um grande mercado comum americano, sem a exclusão de qualquer país em sua composição, com a imediata abolição das tarifas de importações.
- B** Para garantir a rápida implantação da ALCA, os EUA optaram pela extinção do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), no que foram apoiados pelos dois parceiros — o Canadá e o México.
- C** A entrada em funcionamento da ALCA, em 2001, foi possível a partir do momento em que o presidente George W. Bush conseguiu obter do Congresso norte-americano a licença para celebrar acordos sem a interveniência do Poder Legislativo.
- D** A posição brasileira na Cúpula das Américas, em Quebec, no Canadá, no primeiro semestre de 2001, foi considerada prudente e cautelosa, por lembrar a existência de controvérsias que desaconselhavam a antecipação da entrada em vigor da ALCA.
- E** Com o início do funcionamento da ALCA, não restou outra opção a Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai que não a desativação formal do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).